

Ata da 23ª Reunião Extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH

Aos cinco dias do mês de julho do ano de 2001, foi realizada no auditório da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH, na Av. Aguanambi, nº 1770 em Fortaleza/Ce., a 23ª reunião extraordinária do CONERH, tendo como pauta apreciação do relatório da situação anual dos Recursos Hídricos e o estabelecimento de diretrizes para o plano de operação dos reservatórios de 2001. O Dr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues, subsecretário e substituto legal do Presidente abriu a reunião pedindo desculpas aos senhores conselheiros e demais convidados pelo atraso, já que tinha sido comunicado naquele exato momento para substituir o Senhor Secretário, Presidente do CONERH, que por sua vez fora chamado com urgência ao gabinete do Governador. Continuando, leu a pauta e passou a palavra ao Secretário Executivo, Dr. Antonio Martins da Costa, que saudou os novos conselheiros: Dra. Lúcia Teixeira da Procuradoria Geral do Estado - PGE e Dr. Mário Borges Mamede Neto do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. Prosseguindo, explicou que com a fusão da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Transportes Telecomunicações e Obras – SETECO, na Secretaria da Infra-Estrutura o CONERH ficou com um membro a menos, ao invés de 14, serão 13, ou seja o quorum de 50% mais 1 são 7 conselheiros. A reunião tinha 9, com a Presidência, até o momento, verificando-se, portanto, o quorum necessário. Em seguida expôs que normalmente, quando é convocada assembléia, remete-se a ata da reunião anterior, mas isso não ocorreu em virtude de não ter havido quorum nas duas últimas reuniões. Em face disso, propôs que fosse lida e acompanhada por todos os conselheiros presentes a ata da última reunião e não havendo nenhuma discordância que a mesma fosse votada. Antes do processo de votação, o Dr. Martins deu conhecimento de um documento recebido na última reunião, resolução do Fórum das Águas - movimento formado em prol da constituição do Comitê de bacias Metropolitanas, no qual questionava o documento em discussão pelo Conselho que tratava da regulamentação de criação de comitês de bacias e reivindicava um prazo maior para discussão e a criação de uma comissão. Entretanto não houve quorum e o documento não foi discutido. Em conversa com o Presidente do CONERH concluiu-se que o Conselho poderia atender a essa demanda do Fórum da Águas e editar uma Resolução dando um prazo maior e criando outra comissão envolvendo os comitês já instalados e outras comissões em processo de formação de comitês juntamente com membros do CONERH para trazer o documento já condensado para a Conselho aprovar. A palavra foi passada ao Presidente que conduziu o processo de votação da ata, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Ainda com relação ao documento do Fórum das Águas, o Presidente declarou que outros fóruns também poderiam enviar sugestões, entretanto não seriam aceitas sugestões individuais, e que a minuta da Resolução seria remetida para conhecimento dos conselheiros. O Secretário Executivo fez a leitura do expediente do item 4.1 – apreciação do relatório da situação anual dos recursos hídricos. Explicou para os conselheiros e demais convidados que é uma prerrogativa do CONERH apreciar o plano anual dos recursos hídricos. Informou que este plano deveria ser elaborado em conjunto com

as instituições federais ligadas aos recursos hídricos, contudo a COGERH como órgão gestor é que vem elaborando e discutindo com os usuários de cada Comitê de Bacia. Nesse mesmo raciocínio interveio o presidente da COGERH, Dr. Francisco Lopes Viana, mostrando que esse processo de discussão vem se aperfeiçoando ano a ano e que mesmo passando-se por momento de grande escassez de água podia-se encontrar soluções juntamente com todos os seguimentos da sociedade e com órgãos dos Governo do Estado, assegurando água para abastecimento humano e para minimizar os impactos na redução das áreas para irrigação devendo ser discutido no 8^o Seminário de Planejamento de Operação das Águas dos vales do Jaguaribe e Banabuiú. O Dr. Zaranza, diretor da COGERH iniciou sua explanação fazendo um diagnóstico das bacias que estão em situação mais críticas em termos de recursos hídricos: Curu, Banabuiú e Alto Jaguaribe. Apesar das fortes chuvas caídas na área metropolitana de Fortaleza, a situação do interior é bastante preocupante, uma vez que no ano passado, chegou-se ao final da quadra invernal com 46% da capacidade de armazenamento de água nos reservatórios, e hoje têm-se apenas 37% nos 113 açudes, onde 53 são do DNOCS e 60 são estaduais. Ressaltou que a bacia do Curu vem com problemas a mais de 2 anos e que mesmo assim garante-se o abastecimento humano, as culturas permanentes de coco, cana-de-açúcar e parte de fruticultura, graças a um trabalho amplo de conscientização feito pelas comissões de usuários juntamente com Comitê de Bacia que vem modificando o sistema convencional de aspersão para microaspersão e gotejamento. Já no Alto Jaguaribe, onde está a maior fonte hídrica que é o Orós, tem-se o abastecimento direto de onze cidades, totalizando 118 mil pessoas com uma demanda de 217 l/s. Hoje tem-se 45% da área plantada o que corresponde a 29 mil hectares nos vales do Jaguaribe e Banabuiú, onde o plantio de arroz ocupa 45% e é uma cultura altamente consumidora de água, o feijão 21% da área, forrageira 10%, o milho 6%, a banana 5% e o algodão 5%. Mostrou-se também a necessidade da implantação de um novo sistema de irrigação, lembrando que quando foram implantados os projetos de irrigação no Curu e Morada Nova tinha água suficiente, pois atendia apenas 2 mil hectares e hoje tem 8 mil hectares irrigados, no Orós tinha 6 mil e hoje tem 19 mil hectares. Mesmo assim já existe um nível de consciência dos usuários que vêm usando métodos para evitar o desperdício de água. Assim, pode-se registrar uma redução de 20% onde ocorreu economia de água sem reduzir a área de irrigação, que foi feito no período de seca onde é normal que a irrigação aumente devido a valorização do preço do feijão e da forragem para o gado. O Banabuiú atende 6 municípios com uma população de 123 mil pessoas o que corresponde a uma demanda de 125 l/s e tem 8 mil hectares irrigados. A situação é muito crítica e tem-se que agir para garantir o abastecimento humano e animal preservando a fauna e a flora dentro da Bacia. Hoje estimula-se a discussão para fixar os limites de vazão de operação dos reservatórios: Orós de 9 a 12 m³/s e Banabuiú de 1,5 a 2,5 m³/s para todos os usos até março de 2002. Finalizando, reiterou que se não tivesse ocorrido atraso na obra do Castanhão no ano passado, este ano ele estaria liberando de 2 a 3m² para ajudar o sistema nesta crise tão grande. Dando continuidade a leitura da pauta da reunião o Secretário Executivo fez a leitura do item 4.2 – Estabelecimento de diretrizes para o plano de reservatórios de 2001. Foi

apresentado pelo Dr. Francisco Osair – Diretor de Planejamento da COGERH que enfatizou que após várias discussões envolvendo um grupo de trabalho sob a coordenação da SEPLAN, juntamente com a COGERH, SRH, e SEAGRI, analisou diversas sugestões e simulações com o objetivo de criar as sugestões para diretrizes gerais para que o Conselho pudesse analisar, permitindo fazer-se uma gestão mais racional da água nesse ano crítico de 2001. Este plano falta ser apresentado ao Governador e demais Secretários e que o mesmo foi concluído no dia anterior, acreditando ter sido o motivo para o adiamento da reunião do dia 7 (8^o Seminário do Planejamento de Operação das Águas do Jaguaribe e Banabuiú). Continuando sugeriu que o Conselho deveria fixar algumas metas, como: 1^o - a fixação das faixas de operação dos reservatórios Orós e Banabuiú, definindo cenário para negociação, apresentando os limites máximo e mínimo, considerando os abastecimento humano e animal; 2^o – permitir o uso de poços fora do leito do rio perenizado ou seja 100 metros de distância; 3^o – sugerir ao Governo do Estado a estruturação de uma comissão com o apoio do Ministério Público para fazer acompanhamento mensal da operação dos vales perenizados, e resolvendo os possíveis conflitos onde os resultados serão encaminhados ao CONERH para análise; 4^o – a hidrometração dos grandes usuários e a implementação de um plano de contingência do racionamento dos recursos hídricos a ser elaborado pelo governo através das secretarias: SEPLAN, SEAGRI e SRH; 5^o – determinar a implementação da outorga para os usuários que estejam sujeito a processos de controle de medição conforme o plano de contingência do racionamento; 6^o – que sejam estimuladas as culturas que ofereçam maior rentabilidade com métodos de irrigação com o menor consumo de água; 7^o – e que as decisões tomadas no âmbito das negociações a serem realizadas no 8^o Seminário de Planejamento e Operações das Águas dos vales do Jaguaribe e Banabuiú deverão ser levadas ao conhecimento do CONERH para ratificação principalmente no que concerne a: proibição de barramentos nos rios perenizados da bacia hidrográfica do Jaguaribe; escavação de poços fora da calha do rio, hidrometração dos maiores usuários e outras sugestões que estejam dentro das diretrizes que serão discutidas. Finalizando foi sugerido que o 8^o Seminário do Planejamento e Operações das Águas dos vales do Jaguaribe e Banabuiú fosse realizado no menor espaço de tempo possível. O Secretário Executivo, Dr. Martins, juntamente com outros conselheiros fizeram observações esclarecendo algumas pendências relativas ao conteúdo das diretrizes apresentadas e aquele se comprometeu a enviar, o mais breve possível, a minuta das diretrizes para os conselheiros apreciarem e sugerirem outras emendas. A palavra foi passada para o Presidente que encerrou a reunião conclamando os conselheiros presentes, representantes das Secretarias Estaduais que levem essa discussão aos Senhores Secretários para que se possa num espaço mais breve possível resolver essa questão, e agradeceu a presença de todos os conselheiros e convidados.

HYPÉRIDES PEREIRA DE MACEDO

Ramon Flávio Gomes Rodrigues

MARIA LÚCIA DE CASTRO TEIXEIRA

José Filomeno de Moraes Filho

MÁRIO BORGES MAMEDE

José Berlan Silva Cabral

WELLINGTON FEIJÓ

Tereza Angélica Pinheiro Maia

FRANCISCO DE ASSIS DE S. FILHO

Vicente de Paula Barbosa P. Vieira

FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR

Maria Izelda Rocha Alemida

ERNESTO DA SILVA PITOMBEIRA

Marcos Aurélio Holanda de Castro

TEREZA MÔNICA E. DE CARVALHO

Antorio Harildes Oliveira Martins

RAIMUNDO WEBER DE ARAÚJO

Francisco Júnior Lopes Tavares

MÔNICA CLARK NUNES CAVALCANTE

João Marcos Maia

LÚCIA DE FÁTIMA PEREIRA ARAÚJO

Magda Maria Marinho Almeida

OSMAR BAQUIT

Antônio Granja

HUMBERTO DE ARAÚJO BARRETO

Paulo da Rocha Portela

ANTÔNIO MARTINS DA COSTA

Vânia Maria Simões R. Teixeira

ALUÍSIO PEREIRA NETO
José Bomfim Frota Silveira

